



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública

Unidade curricular

Direito das Relações Jurídicas de Emprego Público

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Ana Fernanda F. P. Neves

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Pretende-se que os estudantes adquiram uma compreensão alargada dos princípios, conceitos e instrumentos jurídicos do Direito do emprego público.

Pretende-se, igualmente, que contextualizem as respetivas questões jurídicas no quadro do Direito europeu e em diálogo com outras disciplinas jurídicas (como, por exemplo, o Direito constitucional, o Direito Administrativo e o Direito do Trabalho), sem deixar de considerar ainda o seu tratamento noutras ordens jurídicas.

Visa-se ainda que desenvolvam a capacidade de pensar e resolver casos concretos.

Conteúdos programáticos

I

Delimitação do Direito do emprego público

- 1.1. Âmbito e caracterização geral
- 1.2. O conceito de empregos na Administração Pública no DUE
 - 1.2.1. Confronto com o âmbito subjetivo e objetivo do regime legal
- 1.3. A organização da função pública segundo o sistema de emprego. A relevância estrutural do posto de trabalho

II

As fontes do Direito do emprego público

- 2.1. A internacionalização das fontes do Direito do emprego público
 - 2.1.1. As normas internacionais do trabalho
 - 2.1.2. O Direito do emprego público no quadro do Conselho da Europa
- 2.2. O Direito da União Europeia como fonte do Direito do emprego público
 - 2.2.1. A influência cruzada da europeização do Direito Administrativo e do Direito do Trabalho
 - 2.2.2. A influência autónoma por via do princípio da livre circulação de trabalhadores
- 2.3. A Constituição e o regime legal
- 2.4. Os instrumentos de regulamentação coletiva

III



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O acesso aos empregos públicos

- 3.1. O direito fundamental de acesso a emprego público
 - 3.1.1. O conteúdo prescrito do direito de acesso a emprego público
 - 3.1.2. O impacto do princípio da livre circulação de trabalhadores
- 3.2. Os requisitos para ser trabalhador público
- 3.3. O concurso de pessoal

IV

A relação jurídica de emprego público

- 4.1. Elementos de identidade
- 4.2. Os vínculos jurídicos da relação de emprego público
 - 4.2.1. A relação jurídica de emprego público titulada por ato unilateral
 - 4.2.2. A constituição da relação jurídica de emprego público por contrato
 - 4.2.2.1. O contrato de trabalho (em funções públicas) por tempo indeterminado e o contrato de trabalho a termo

V

Os sujeitos da relação jurídica de emprego público

- 5.1. O trabalhador público
 - 5.1.1. Direitos e os deveres
- 5.2. O empregador público
 - 5.2.1. Poderes e os deveres
 - 5.2.2. As modificações relativas ao empregador público e o regime jurídico relativo à transferência de estabelecimento
- 5.3. O pessoal dirigente
- 5.4. Reflexos no estatuto jurídico das partes da relevância da integridade do sector público no mercado interno
 - 5.4.1. A proibição da acumulação de empregos e cargos públicos; e a acumulação de emprego público com atividade privada
 - 5.4.2. As incompatibilidades e as limitações ao exercício de certas funções após a cessação da relação jurídica de emprego público
 - 5.4.3. A proteção de trabalhador público denunciante de infração de que tenha conhecimento no exercício de funções e por causa deste exercício

VI

O objeto da relação jurídica de emprego público

- 6.1. O objeto mediato da relação jurídica de emprego público
- 6.2. O regime de carreiras e a mobilidade concorrencial
- 6.3. Formas de mobilidade
- 6.4. As modificações no objeto da relação jurídica de emprego público
- 6.4. A valorização profissional, «mobilidade especial» e o regime jurídico relativo à transferência de empresas ou de estabelecimento

VII

Sistema retributivo

- 7.1. O conceito e os componentes da remuneração
- 7.2. Os efeitos do princípio da livre circulação de trabalhadores
- 7.3. A equidade remuneratória

VIII

A avaliação do desempenho

- 8.1. Os princípios fundamentais
- 8.2. Os pressupostos
- 8.3. O procedimento da avaliação do desempenho

IX

A cessação da relação jurídica de emprego público



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 9.1. O direito à segurança no emprego público
9.2. As formas de cessação da relação jurídica de emprego público

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Uma vez que a disciplina visa proporcionar um conhecimento alargado e integrado do Direito do emprego público, os conteúdos programáticos são, por um lado, abrangentes e, por outro lado, convocam uma visão reflexiva e europeia do regime jurídico vigente. Habilitam os alunos a elaborar e a avaliar resposta para as plúrimas e diversas questões jurídicas no domínio do emprego público.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O ensino assenta na articulação entre a análise dogmática e o estudo de casos (hipóteses e casos da jurisprudência).

Convida os estudantes à participação, ao questionamento e à revisitação de temáticas lecionadas pelo seu cruzamento em contextos práticos diversos.

A estruturação de planos individualizados por aula e a disponibilização de materiais de apoio, prévia e posteriormente à aula e a possibilidade de questionamento e esclarecimento permanentes são pensados para ajudar os alunos na sua própria aprendizagem.

A avaliação é feita por exame (2 horas). Os alunos podem apresentar um trabalho escrito, sobre tema incluído num dos conteúdos programáticos, à sua escolha (média de 15 páginas de texto, excluindo índices, bibliografia e anexos), que, neste caso, pesará 50% na avaliação final. Ponderação específica da participação nas aulas, se assim se justificar: 10%.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O tratamento integrado e reflexivo dos temas permite a apreensão dos diversos conceitos, princípios e regimes, a procura de soluções jurídicas tecnicamente informadas e precisas e, bem assim, a construção de um entendimento crítico e cosmopolita das questões.

A realização optativa de trabalho escrito, a apresentar numa fase intermédia, permite que os estudantes exercitem as qualidades de reflexão e escrita jurídicas e dá aos alunos feedback significativo para a melhoria da aprendizagem.

Bibliografia principal

- AAVV – *The European Convention on Human Rights and the Employment Relations*, edited by Filip Dorssement e al., Brussels, 2013;
- NEVES, AF – “O direito de negociação coletiva dos trabalhadores públicos no direito europeu”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Pamplona Corte-Real*, Almedina, 2016, pp. 451-476;
 - “Relação jurídica de trabalho e relação de função pública”, *Revista Brasileira de Estudos da Função Pública*, ano 2, n. 5, 2013, pp. 175-195;
 - “O posto de trabalho e a mobilidade concorrencial como instrumentos jurídicos de tutela dos direitos do trabalhador público”, in: *Trabalho em funções públicas em tempos de crise: que direito(s)? Atas das I Jornadas de direito do emprego público* / [coordenadora] Isabel Celeste M. Fonseca, STFPSN, 2013, pp. 11-34;



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- *O Recrutamento de Trabalhador Público*, Provedoria de Justiça, 2013;
- “Direito da Função Pública”, in *Tratado de Direito Administrativo Especial*, Coord. Paulo Otero e Pedro Gonçalves, Volume IV, Almedina, 2010, pp. 359-556;
- ZILLER, Jacques, *Free Movement of European Union Citizens and Employment in the Public Sector*, Part I – General Report, European Commission, 2010.